ATA Nº 75/2007

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

Aos 15 (quinze) dias do mês de outubro de 2007, com início às 18 horas, realizou-se mais uma sessão ordinária do Poder Legislativo do Município de Pato Branco, Sessão Legislativa do ano de 2007, contando com a presença e participação dos vereadores: Aldir Vendruscolo - PPS, Cilmar Francisco Pastorello - PR, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Osmar Braun Sobrinho - PR, Valmir Tasca - DEM e Volmir Sabbi - PT. Havendo quorum legal, sob a presidência do vereador Valmir Tasca, foi aberta a sessão com a leitura de um trecho bíblico feita pelo vereador Laurindo Cesa. Na seqüência, o 1º Secretário, vereador Aldir Vendruscolo fez a leitura da ata da sessão extraordinária nº 74/2007, de 9 de outubro de 2007, a qual foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. Ausente, o vereador Cilmar Francisco Pastorello. Dando continuidade, passou-se à leitura das correspondências recebidas. Ofício nº 85/2007, datado de 15 de outubro de 2007, assinado pelo senhor Carlinho Antonio Polazzo, Assessor de Assuntos Legislativos da Prefeitura Municipal de Pato Branco, em resposta ao ofício nº 643/2007, datado de 28 de setembro de 2007, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo - PPS, Cilmar Francisco Pastorello - PR, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Nelson Bertani - PDT, Osmar Braun Sobrinho - PR, Valmir Tasca - DEM e Volmir Sabbi - PT; ofício nº 86/2007, datado de 15 de outubro de 2007, assinado pelo senhor Carlinho Antonio Polazzo, Assessor de Assuntos Legislativos da Prefeitura Municipal de Pato Branco, em resposta ao ofício nº 626/2007, datado de 25 de setembro de 2007, de autoria de todos os vereadores; ofício nº 1084/2007, datado de 3 de outubro de 2007, assinado pelo Senador Álvaro Dias, em atendimento ao ofício nº 577/2007, datado de 14 de setembro de 2007, de autoria de todos os vereadores; ofício nº 1521-07/GA, datado de 1º de outubro de 2007, assinado pelo Deputado Estadual Nereu Moura, em resposta ao ofício nº 553/2007, datado de 4 de setembro de 2007, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB e Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB; ofício nº 1522-07/GA, datado de 1º de outubro de 2007, assinado pelo Deputado Estadual Nereu Moura, em resposta ao ofício nº 529/2007, datado de 4 de setembro de 2007, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo - PPS, Cilmar Francisco Pastorello - PR, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Osmar Braun Sobrinho - PR, Valmir Tasca - DEM e Volmir Sabbi - PT; ofício datado de 8 de outubro de 2007, assinado pelo senhor Leandro Manfroi, Presidente da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos - AREA, em resposta ao ofício nº 488/2007, datado de 14 de agosto de 2007, de autoria dos vereadores Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Osmar Braun Sobrinho - PR, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB; ofício nº

351/2007, datado de 9 de outubro de 2007, assinado pelo senhor Flávio Ângelo Ceni, Secretário Municipal de Saúde, encaminhando cópia de Pesquisa de Opinião, realizada pela Fundação do Trabalhador, com referência ao atendimento de alguns serviços prestados a pacientes usuários do Sistema Único de Saúde, pela Secretaria Municipal de Saúde; ofício nº 35/2007, datado de 11 de outubro de 2007, assinado pelo senhor Flávio Ângelo Ceni, Secretário Municipal de Saúde, em resposta ao ofício nº 574/2007, datado de 14 de setembro de 2007, de autoria do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB; ofício datado de 15 de outubro de 2007, assinado pelo senhor Gilson Marcondes, Advogado e Presidente do PV de Pato Branco, encaminhando cópia de denúncia ao IAP, relativa às agressões ambientais ocorridas no Bairro São João, e solicitando fiscalização por parte dos vereadores, com relação a lei municipal nº 1542/1996, de autoria dos vereadores Gilson Marcondes e Cilmar Francisco Pastorello, que criou o "Dia do Rio", a qual não está sendo cumprida. Relatório quadrimestral do Plano de Trabalho Integrado da Emater e a Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, referente o período compreendido de maio a agosto de 2007, assinado pelo senhor Nelson Bertani, Responsável Unidade Municipal da Emater. Notificações datadas de 3 e 5 de outubro de 2007, assinadas pelo Secretário Municipal de Finanças, Mauro José Sbarain, de recebimento de recursos federais no período de 2 e 5 de outubro de 2007. Correspondência enviada pela Câmara dos Deputados informando os recursos do Orçamento da União destinados ao Município de Pato Branco, de janeiro a agosto de 2007, no valor total de R$ 19.189.634,64. Convite enviado pela Cooperativa de Crédito Rural São Cristóvão, para participar do evento comemorativo ao Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito, no dia 18 de outubro de 2007, às 19 horas, nas dependências do auditório da Unics. Correspondência enviada pelo Departamento Comercial da Plug Consultoria e Projetos, informando que está disponível para o Município de Pato Branco um canal de rádio - Rádio FM Comunitária, com freqüência de 87,90Mhz, canal 200, e colocando-se à disposição para esclarecimentos de dúvidas quanto ao processo de montagem da rádio e legalização. Após a leitura das correspondências recebidas, foram lidas e deferidas as proposições dos senhores vereadores. Do vereador Nelson Bertani - PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente providencie a substituição de lâmpadas nos postes localizados na Rua João Pessoa, entre as Ruas Mato Grosso e Araucária. Solicita ainda o vereador proponente que seja melhorada a iluminação na Praça Santo Bertol, no Bairro Santa Terezinha. São medidas necessárias visando o bem estar e a segurança dos moradores, bem como, transeuntes dos locais indicados. Do vereador Osmar Braun Sobrinho - PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente tome providências quanto ao atendimento de transporte coletivo no Bairro São Francisco, conforme segue: Não há transporte coletivo no Bairro, e o local mais próximo de parada é na empresa Brantur, distante

aproximadamente um quilômetro e meio. Existem no Bairro mais de duzentas moradias com uma projeção de mais quinhentas casas. Levando-se em consideração que o Plano Diretor projeta a cidade para a Zona Norte, a cada dia a necessidade de transporte coletivo e outros equipamentos urbanos torna-se mais urgente. Do vereador Valmir Tasca - DEM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente analise a possibilidade de criar dois pontos de caminhão de aluguel, sendo um no Bairro Planalto e outro na Zona Sul, na Avenida Tupi, entre o Posto 6 Rodas e o outro ponto existente próximo ao Supermercado Destaque. A medida visa regularizar os vários caminhões que fazem frete sem estarem regularizados, prejudicando os que pagam o alvará nos devidos pontos. Além disso, faz com que o município, além de regularizar todos os profissionais do ramo, possa recolher mais imposto. Solicita ainda o vereador proponente, que o Executivo Municipal analise a possibilidade de estampar o Brasão do município nos caminhões de frete para melhor identificá-los e padronizá-los. Do vereador Laurindo Cesa – PSDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através do departamento competente, providencie, com urgência, a pavimentação com asfalto sobre o calçamento em todo o trecho que se faz necessário, na Rua Constante Andreatta, no Bairro Santa Terezinha. Esta Rua é de grande movimento sendo a execução do serviço de melhoria de fundamental importância para o bom desempenho do trânsito daquele progressista bairro de nossa cidade. Portanto, estamos confiantes no atendimento da reivindicação daquela comunidade o mais rápido possível por parte de quem de competência e responsabilidade. Do vereador Laurindo Cesa – PSDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, reiterando pedidos anteriores, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que seja providenciada a regulamentação da Lei nº 2.698, de 9 de novembro de 2006, que institui o Programa Municipal de Proteção de Fontes de Água em Propriedades Rurais. A regulamentação da Lei se faz necessária para que seja possível colocá-la em prática e atender os objetivos pela qual foi criada. Portanto, passado quase um ano da instituição da Lei, ainda não foi regulamentada e que por este motivo não está atendendo as solicitações de pedidos de fornecimento de materiais necessários empregados na proteção de fontes na área rural do Município. Do vereador Laurindo Cesa – PSDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através do departamento competente, providencie, com urgência, a pavimentação com asfalto sobre o calçamento em um pequeno trecho da Rua Pedro Ivo, esquina com a Rua Pioneiro José Catusso, bem como, em um pequeno trecho da Rua José Catusso, esquina com a Rua Pedro Ivo, no Bairro Industrial. A execução do serviço de melhoria faz-se necessária porque estas ruas são de grande movimento sendo de fundamental importância para o bom desempenho do trânsito daquele progressista bairro de nossa cidade. Portanto, estamos confiantes no atendimento da reivindicação daquela comunidade o mais rápido possível por parte de quem de

competência e responsabilidade. Dos vereadores Aldir Vendruscolo – PPS, Cilmar Francisco Pastorello – PR, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS e Volmir Sabbi – PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente providencie a construção de lombada na Rua Papa João XXIII, em frente à residência nº 803, no Bairro São Cristóvão. A medida visa conscientizar alguns motoristas que trafegam em alta velocidade evitando-se assim a ocorrência de acidentes no local. Dos vereadores Aldir Vendruscolo – PPS, Cilmar Francisco Pastorello – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS e Volmir Sabbi – PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que o mesmo, através do seu departamento competente informe a essa Casa de Leis sobre as condições de qualidade nutricional e variedade da merenda escolar. Essa solicitação deve-se ao fato de termos recebido reclamações sobre a qualidade da alimentação de nossas crianças. As queixas informam que a alimentação nas escolas municipais estaria limitada ao fornecimento de bolachas e nas creches municipais, o cardápio estaria muito centrado na carne moída. Segundo nossas fontes, a alimentação das escolas municipais teria decaído muito em qualidade e variedade, sendo, hoje, de qualidade muito inferior à merenda oferecida nas escolas estaduais. Com o intuito de esclarecer esse aspecto de fundamental importância, solicitamos que nos forneçam informações, cópias dos cardápios e cópias de comprovantes de compras dos produtos para que possamos conhecer e avaliar a qualidade da alimentação fornecida pelo Município aos nossos alunos. Dos vereadores Aldir Vendruscolo – PPS, Cilmar Francisco Pastorello – PR, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS e Volmir Sabbi – PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através da Divisão de Vigilância Sanitária, providencie a imediata interdição da residência situada à Rua Constantino Andreatta, n.108 – fundos. Essa solicitação deve-se à reocupação desse local que ainda não dispõe de instalações sanitárias, fato esse que coloca a população vizinha em situação de extremo risco de saúde em função da existência de despejo a céu aberto de excrementos humanos. Em março e maio de 2005 já havíamos acionado a Vigilância Sanitária que prontamente atendeu a solicitação, exigindo a continuidade de ocupação do local só pudesse acontecer após a construção de sanitários. Na ocasião, a Vigilância havia constatado e registrado em fotos a extensão do problema. O problema havia sido resolvido. Recentemente, no entanto, aconteceu uma re-ocupação irregular do local sem que as condições sanitárias fossem resolvidas. Como não existem instalações sanitárias, os dejetos humanos são lançados a céu aberto criando uma situação de alto risco à saúde pública. Isto posto, requeremos seja oficiado ao Executivo Municipal para que o mesmo, através da Vigilância Sanitária, haja, de forma rápida e decidida, no sentido da restauração das condições sanitárias, em defesa das condições adequadas de saúde pública, interditando a citada residência até que seja providenciada a execução do banheiro.Dos vereadores Aldir

Vendruscolo - PPS, Cilmar Francisco Pastorello - PR, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS e Volmir Sabbi - PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem que seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando enviar a esta Casa de Leis, relatório de recebimento das receitas destinadas à contribuição ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente, bem como, demonstrativo dos valores aplicados na manutenção das ações desenvolvidas pelo Fundo. Na medida em que as pessoas conheçam o trabalho social feito com recursos do Fundo, haverá uma motivação maior para que mais pessoas contribuam financeiramente com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Como se avizinha o final do ano é o momento de se reiniciar uma campanha de contribuições para esse fundo para que possa ser abatido no acerto do Imposto de Renda de 2008. Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, foram lidos e após leitura baixarão às comissões competentes para pareceres, os seguintes projetos de lei: nº 154/2007, de autoria do vereador Osmar Braun Sobrinho - PR, que dispõe sobre a proibição de animais em apresentações circenses e dá outras providências; nº 155/2007, mensagem nº 150/2007 (regime de urgência), que autoriza abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais); nº 156/2007, mensagem nº 152/2007, que autoriza doação de imóvel a Bransilos Indústria e Comércio de Máquinas Ltda; nº 157/2007, mensagem nº 153/2007, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, institui o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências; nº 158/2007, mensagem nº 154/2007 (regime de urgência), que autoriza o Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 85.392,94 (oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos); nº 159/2007, mensagem nº 156/2007, que institui, reformula e estrutura o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências; nº 160/2007, mensagem nº 149/2007, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 2.053, de 13 de junho de 2001, que modificou os Anexos I e V da Lei nº 1.368, de 28 de junho de 1995 e o Projeto de lei complementar nº 7/2007, mensagem nº 155/2007, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 17 de dezembro de 1998, revoga a Lei nº 2.226, de 24 de março de 2003; Lei nº 2.432, de 7 de março de 2003 e Lei nº 2.444, de 12 de abril de 2005. A seguir, foi dada a palavra ao vereador Cilmar Francisco Pastorello - PR, inscrito no Grande Expediente para falar sobre o processo de licitação, modalidade Pregão nº 25/2007, para aquisição de 10 caminhões, em atendimento ao Programa de Intervenções Viárias - Provias, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O vereador explicou que recebeu denúncias de que o edital estava direcionado para uma empresa. Também esclareceu que em contato com o Executivo Municipal recebeu a informação de que o Edital será alterado, permitindo uma abrangência maior de fornecedores e, conseqüentemente, maior competição. As principais alterações dizem respeito à potência do motor e CMT, além de incluir a garantia de um ano a partir da entrega do veículo. Também se estendeu o prazo de 75 para 90 dias para a entrega dos caminhões, a partir da homologação da licitação. A data para entrega dos envelopes de Documentação e

Proposta de Preços que seria às 14 horas do dia 16 de outubro deve ser adiada para o dia 30 de outubro, às 15 horas. Por fim, agradeceu a Mesa Diretora, em especial ao Presidente Valmir Tasca, que prontamente atendeu seu pedido, tomando as providências para que o Edital do Pregão nº 25/2007 fosse alterado. Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Assis Francisco Anhaia, Secretário do Fórum Regional de Segurança Alimentar e Nutricional, convidado pelos vereadores Aldir Vendruscolo - PPS, Cilmar Francisco Pastorello - PR, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS e Volmir Sabbi - PT, através do ofício nº 704/2007, datado de 9 de outubro de 2007, para falar a respeito da programação de comemoração do Dia Mundial da Alimentação que acontecerá no dia 16 de outubro. Após o pronunciamento do convidado, passou-se ao espaço destinado às lideranças partidárias. Fizeram uso da palavra, os vereadores Volmir Sabbi, líder do PT; Cilmar Francisco Pastorello, líder do PR; Nelson Bertani, líder do PDT. O vereador Nelson Bertani solicitou que conste em ata o pronunciamento dos vereadores Cilmar Francisco Pastorello - PR e Volmir Sabbi - PT, conforme segue. Pronunciamento do vereador Volmir Sabbi, líder do PT. "Estou fazendo uso da liderança do partido para relatar para população uma ação de fiscalização que é uma das atribuições mais importantes dessa Casa de Leis. Leis existem e existem muitas, há um entendimento generalizado da população que é necessário que para que o poder público funcione bem, as leis devem ser efetivamente cumpridas e Câmara de Vereadores está mais próxima da população, é a parte do poder público que está mais próxima da população, é a que de fato que tem a função e a missão de estar mais ligada à fiscalização. Quinta-feira, dia 11 de outubro, estivemos juntamente com o vereador Cilmar Pastorello e o Assessor de Imprensa dessa Casa de Leis, nos Bairros Alto da Glória, São João e Planalto. Recebemos uma denúncia de que a distribuição dos brinquedos que foram doados pelo Provopar, estava sendo realizada pela Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, que é quem faz a distribuição. O problema é que a senha para retirar o brinquedo tinha o nome da Secretária e isso caracteriza promoção pessoal com dinheiro público, ilegal. Estivemos lá, criamos um constrangimento nas pessoas que estavam efetuando a entrega dos brinquedos. Uma pessoa da Ação Social perguntou-me o que eu estava fazendo lá, respondi que estava fazendo meu papel de vereador, de fiscalizar as ações do Poder Executivo. O mesmo questionamento foi feito para o vereador Pastorello que nos acompanhava e a resposta foi a mesma, que enquanto vereadores temos a obrigação de fiscalizar. Havia um indício que se confirmou, esse ticket foi pego com um menininho que estava chegando no local de entrega para retirar o seu brinquedo, o Bruno tirou fotos. Nesse evento se não tivesse promoção pessoal não haveria problema nenhum, mas tinha na senha o nome da Secretária. Estamos usando a liderança do Partido dos Trabalhadores para contar para a população o que de fato houve esse trabalho. Temos também o ticket e atrás tem o carimbo da Prefeitura Municipal de Pato Branco. O vereador Cilmar Pastorello tinha três desses valezinhos no bolso, que pegou com as crianças que não foram atendidas e o pessoal da Ação Social pediu para ele devolver. Ele devolveu dois e segurou este,

que é a prova documental e material que de fato para que as crianças pudessem retirar o brinquedo doado pela Provopar, tiveram que levar a senha que tinha o nome da Secretária. Consideramos isso inadequado, inclusive uma das pessoas que veio nos questionar, falou nesses termos: "esta muito cedo para começar a campanha". Exatamente, está muito cedo para começar a campanha, principalmente se ela for feita com dinheiro público. Essa é a denúncia que em meu nome e no nome do vereador Pastorello, que trazemos a público e dizendo para a população que de fato, quando se usa dinheiro público não pode fazer promoção pessoal como foi o caso". Pronunciamento do vereador Cilmar Francisco Pastorello, líder do PR. "Continuando o que disse o colega Sabbi, ficamos surpresos quando vimos isso que aí está, quando fica caracterizado que o departamento está trabalhando com objetivos claros de promoção pessoal da Secretária, é evidente, basta ver o documento, não inventamos esse documento, havia centenas desse vales que as pessoas estavam pegando naquele dia. Estanhamos ainda o fato de não haver nenhum vereador da base aliada, foi uma surpresa, mas eles não estavam no local porque não foram convidados. A Secretária montou o palco somente para si e não queria ninguém fazendo sombra para ela, nem os próprios companheiros aliados poderiam estar presentes, causando uma diluição dos futuros e prováveis votos que esse tipo de propaganda antecipada gera. Foi muito constrangedor ter presenciado esse fato, ter visto documentos como esse, entregues para pessoas humildes que não tem condições de comprar um mísero brinquedo. A Receita Federal e o Provopar distribuem brinquedos via projetos e a destinação que é dada, ao invés de atender os interesses da população carente que é de ter um brinquedo para entregar para um filho seu, no Dia das Crianças, que é muito importante, acaba tendo um objetivo político, eleitoreiro, um dos piores objetivos que podem ser feitos com o dinheiro público e foi isso que aconteceu, infelizmente. Vejo a Secretária dizer sempre que ama os pobrezinhos, mas pode ter certeza que esse tipo de amor, os pobrezinhos não precisam, precisam sim de amor do coração, do afeto, do carinho, do tratar bem, do atender com cesta básica, com moradias, com auxílios, com programas, mas não com esse tipo de coisa, distribuindo brinquedos para se promover politicamente. Efetivamente quero dizer aqui em alto e bom som, que tive uma decepção tremenda com a Secretária de Ação Social, Neuza Amadori Viganó. Nunca imaginei que a Ação Social, que recebe anualmente vultuosas somas do orçamento pudesse fazer esse tipo de coisa. Isso me preocupa, porque vejam os senhores, se com brinquedos vindos da Receita Federal se faz campanhas, imaginem com 3,5 milhões que têm no orçamento anualmente, como é o caso desse ano, o que é que não se faz em termos políticos, eleitoreiros, com o dinheiro da Ação Social. Fiquei muito preocupado, porque de fato o dinheiro público não pode ter esse tipo de destinação. Quem quiser dizer que estamos inventando, mentindo ou contando estórias, que passe nos bairros e pergunte se tinha um valezinho como este, que vai ficar nesta Casa, já foi escaneado, porque no momento certo encaminharemos ao Ministério Público e a Tribunal de Contas, evidentemente, porque isso não pode ficar como está. Isto na melhor das

hipóteses é promoção pessoal com dinheiro público, isso não é possível ser feito, as leis proíbem terminantemente e não vai ser com nossa conivência que isso vai acontecer em Pato Branco. Penso que esse tipo de situação que flagramos, abre caminho para outras investigações na Ação Social no Município de Pato Branco, porque o dinheiro gasto lá é bastante grande. Temos uma preocupação estampada, traduzida num documento impresso na Ação Social e que efetivamente os recursos, equipamentos, automóveis estão sendo usados com fins meramente eleitoreiros". Em seguida, a pedido do vereador Aldir Vendruscolo - PPS, com a aprovação de todos os vereadores, foi suprimido o intervalo regimental de 5 (cinco) minutos, passando-se à apreciação da ordem do dia. Inicialmente, foi retirado de pauta, o projeto de lei nº 120/2007, mensagem nº 123/2007, que autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco, com cláusula de reversão. O projeto de lei foi retirado de pauta a pedido do vereador Volmir Sabbi - PT, até que seja encaminhado a esta Casa de Leis, para ser anexado ao mesmo, ofício assinado pela Diretora da UTFPR, manifestando sua intenção de ficar com a área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), utilizada em comodato pelo Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), se a doação ocorrer. Retificando sua posição anterior de dispensar aquela área. Tal texto foi acordado em reunião realizada na sala de reuniões da câmara logo após a chegada do projeto a câmara. Porém, o texto enviado pela diretora não satisfez o vereador. Votaram contra a retirada de pauta, os vereadores Laurindo Cesa - PSDB, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Nelson Bertani - PDT e Osmar Braun Sobrinho - PR, os quais defenderam que a resposta da diretora atende ao que foi discutido na sala de reuniões. A discussão ficou em torno do parágrafo onde a diretora escreve: "ratificamos dizendo que esta Universidade disponibiliza-se a participar de futuras discussões com outras instituições ou grupos que busquem avaliar e maximizar a utilização de estruturas de ensino, pesquisa e extensão agropecuária." O vereador Volmir Sabbi informou que depois da primeira votação do projeto participou de reunião na UTFPR com a presença de professores e do coordenador do curso de Agronomia. "Participei dessa reunião com o consentimento do presidente da câmara e levei uma proposta de texto. Porém, não foi enviado novo documento e diante disso peço novamente a retirada do projeto", relatou. Para o vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, a tramitação do projeto não depende do texto e se todos são favoráveis a sua aprovação, o projeto deve ser votado. "O ofício não diz respeito ao projeto que estamos discutindo. Quero dizer que serei parceiro se a Embrapa oferecer o terreno a universidade, com a concordância do curso de Agronomia e mantendo o Iapar em Pato Branco", disse. Na mesma linha, o vereador Bertani destacou a importância do curso de Agronomia para o município e toda a região. "Não é necessária a apresentação deste ofício para votar o projeto. Por isso, não devemos retirar o projeto para solicitar esse documento. No texto apresentado, está escrito que a universidade precisa de mais área e está aberta a discussão. Destaco que o MEC (Ministério da Educação) virá a Pato Branco nos próximos dias para fazer a avaliação

do curso. Se não votarmos a matéria em tempo hábil, vamos permitir que a avaliação seja prejudicada? É uma área que já está sendo usada pela UTFPR, existe a concordância de todos os vereadores e da sociedade de que a área é importante para a universidade. Então, vamos votar o projeto hoje", declarou. Para o vereador Aldir Vendruscolo - PPS, é necessário seguir o que foi acordado em reunião. "Nenhum projeto tem a necessidade de um ofício dessa natureza para sua tramitação. Porém, isto foi acordado em reunião. Se permitirmos que um acordo seja quebrado iremos prejudicar a credibilidade das posições assumidas nas reuniões realizadas na câmara." O presidente da câmara pediu ao vereador Volmir Sabbi que repensasse o pedido de retirada do projeto. "O documento anexado ao projeto informa que a partir do próximo dia 21 uma comissão do MEC estará avaliando o curso de Agronomia. Se deixarmos para quinta-feira, mesmo sabendo que a publicação pode ocorre no jornal de sábado, isso me deixa preocupado. Acredito que o ofício enviado, após a reunião, está contemplando o que foi acordado. Por isso estou satisfeito com a resposta. Como presidente da câmara, peço para que o vereador Sabbi, diante de toda a conversa que tivemos onde lhe questionava sobre o ofício, desistisse do pedido de retirada do projeto. A doação desse imóvel está acima de toda essa discussão." Para finalizar disse ainda que o vereador Volmir Sabbi tem todo o direito de questionar a posição da diretora. O vereador Volmir Sabbi - PT não desistiu do pedido de retirada. "Mesmo entendendo a posição correta e sensata do presidente nesta discussão, sustento o pedido para retirada da matéria. A palavra 'ratificar' significa que a diretora mantém a postura anterior, de não aceitar a área da Embrapa para utilizar em parceria com o Iapar. Se ela dissesse 'retificar' ao invés de 'ratificar', eu aceitaria o restante do texto como está", disse. Na seqüência, foi aprovado em primeira votação, votação nominal, com 10 (dez) votos a favor, o projeto de lei nº 140/2007, mensagem nº 136/2007, que dispõe sobre a criação da Coordenadoria do Estacionamento Regulamentado e dá outras providências. Aprovado em primeira votação, votação nominal, com 10 (dez) votos a favor, o projeto de lei nº 142/2007, mensagem nº 138/2007, que autoriza doação de imóvel à Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer. Aprovado em primeira votação, votação simples, com emenda, com 9 (nove) votos a favor, o projeto de lei nº 153/2007, mensagem nº 141/2007, que autoriza conceder subvenção social à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Finda ordem do dia, fez uso da palavra, o senhor Vilmar Maccari, Gerente da Agência do Trabalhador de Pato Branco, inscrito na Tribuna Livre, para falar sobre empregabilidade. Prosseguindo, passou-se ao espaço destinado às explicações pessoais. Fizeram uso da palavra, os vereadores Volmir Sabbi - PT, Nelson Bertani - PDT e Laurindo Cesa - PSDB. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a sessão. Lavramos a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 15 de outubro de 2007.

Valmir Tasca
Presidente

Aldir Vendruscolo
1º Secretário